

2016

EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 8 - N.03
Maio de 2016
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ

Novo comportamento político e eleições presidenciais

Pablo Vázquez Sande

Adriano Oliveira

Carlos Gadelha

Simara Costa

Vanderlei de Castro Ezequiel

Claudio André de Souza

OPINIÃO

Merilyn Escobar
de Oliveira

RESENHA

Mateus Senna
Franco



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

O RETORNO DA REFORMA POLÍTICA À AGENDA PÚBLICA DURANTE O GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2015)

Merilyn Escobar de Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
✉ merilynescobar@uol.com.br

Resumo: O tema da reforma política, pauta do governo Dilma Rousseff (PT), ganhou destaque na cobertura jornalística e também audiência do público. O ensaio aborda pontos da minirreforma eleitoral (Lei nº 12.891/2013) e a assinatura do pacote de medidas anticorrupção em 2015, elaborado como resposta à crise política e à pressão de grupos insatisfeitos com o governo petista.

Palavras-chave: Reforma Política; Sistema político brasileiro; Opinião Pública.

Abstract: The issue of political reform, government staff Dilma Rousseff (PT), was highlighted in the media coverage and also court hearing the public. The test addresses issues of electoral reform (Law No. 12,891 / 2013) and the signing of the package of anti-corruption measures in 2015, prepared in response to the political crisis and pressure groups dissatisfied with the PT government.

Keywords: Political Reform, Brazilian political system, Public Opinion.

O retorno da reforma política à agenda pública

A reforma política não é um tema recente nas discussões públicas, ganhou destaque nos meios de comunicação e o espaço na agenda política após a Constituição de 1988, junto ao reestabelecimento da democracia, das eleições regulares para a escolha de representantes, no âmbito de um sistema representativo, multipartidário, pluralista e da participação cidadã. O tema adquiriu relevância quando a presidente Dilma Rousseff propôs um plebiscito e uma constituinte exclusiva para a reforma política, em resposta aos protestos de junho de 2013. As manifestações que eclodiram nos meses de junho e julho de 2013, se espalharam pelo país e ganharam adesão de milhares de

pessoas¹. O clima de insatisfação em relação aos políticos, às instituições e ao sistema de representação, se instalou apontando para algumas questões relacionadas ao combate à corrupção, à transparência nas contas públicas, e à participação social e cidadania.

O cenário de mal-estar na democracia ganhou assim as manchetes dos jornais, revistas, portais da internet e também teve ampla disseminação entre os cidadãos brasileiros que, preocupados com o rumo do país, apostaram no tema da reforma política como o grande projeto a ser debatido e realizado, visando o melhoramento das instituições brasileiras, sobretudo no tocante à corrupção. No dia 24 de junho de 2013, a presidente Dilma Rousseff divulgou, em discurso pela televisão aberta, uma agenda² de longo prazo, e dentre as propostas estavam à reforma política ampla e de apoio popular, a partir da convocação de um plebiscito que autorizasse um “processo constituinte específico” para esse fim. A consulta aos cidadãos versaria sobre cinco temas: financiamento de campanhas, sistema eleitoral, suplência de senadores, coligações partidárias e voto secreto. Em setembro e outubro de 2013, a ideia recebeu o apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), do Movimento do Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), pastorais e ONGs, dos partidos como o PT, PCdoB, e alguns membros do PSOL. Nesse processo, 7,4 milhões de brasileiros

¹ O Movimento Passe Livre (MPL), que convocou as primeiras manifestações, colocou em debate a questão da mobilidade urbana e da tarifa zero, isto é, do transporte público e gratuito. O movimento liderado por jovens não discutiu apenas a redução das tarifas do transporte coletivo, mas trouxe consigo diversos temas presentes na agenda política, como o combate à corrupção, a melhoria das condições de vida, do acesso aos serviços públicos como saúde e educação.

² Dentre os pontos desta agenda estavam: o estatuto da juventude, visando a inclusão dos jovens e garantindo sua representatividade; marco civil da internet, garantindo direitos permanentes ao usuário da internet, protegendo-o dos interesses das grandes corporações; lei dos royalties do pré-sal a ser utilizado nas áreas da educação e saúde, criando um fundo estratégico de financiamento; plano nacional de educação, viabilizado pela lei do pré-sal, política nacional de participação social, que reconhece as formas de participação nas redes digitais, tendo em vista a participação democrática; marco regulatório das organizações da sociedade civil, que garante o controle dos recursos públicos e amplia as políticas públicas por meio das organizações sociais; programa mais médicos, que mudou a atuação do sistema público de saúde, ampliando o atendimento aos usuários; fortalecimento de obras de mobilidade urbana no PAC2, dialogando com o motivo que levou os jovens às ruas em 2013; e por fim, o apoio à reforma política, cuja proposta enviada ao Congresso Nacional, no entanto, não avançou.

manifestaram-se positivamente ao responder a seguinte questão: “você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político”?

Apesar do caráter apenas consultivo, o objetivo da mobilização estava em demonstrar o anseio da população por mudanças no sistema político e pressionar o poder público a convocar um plebiscito nacional sobre a reforma. A proposta foi enviada ao Congresso Nacional e o projeto foi engavetado mesmo com a aprovação da base aliada do governo.

A Minirreforma Eleitoral

Neste cenário de discussões sobre o sistema político brasileiro, a presidente Dilma Rousseff divulgou o a minirreforma eleitoral (Lei nº 12.891/2013) aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em setembro de 2013, sendo este documento, o consenso obtido ainda naquele ano entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. A proposta teve o objetivo de diminuir o custo financeiro das campanhas eleitorais e corrigir falhas nas normas vigentes. Apesar de não conter mudanças significativas, o texto tratava do veto à divulgação de candidaturas em outdoors e à limitação no formato da campanha, abordava a participação dos candidatos na internet e nas redes sociais, e reafirmava a proibição da propaganda eleitoral antecipada em rádio e TV por políticos quanto à publicidade de seus atos ou ofender adversários. Versava ainda sobre o prazo para a filiação ao partido político; à obrigatoriedade de publicação da ata da convenção; determinava novo prazo para substituição de candidatos; estabelecia a proibição de realização de enquetes durante o período de campanha; e mais, estabelecia limites para gastos de campanha com alimentação de pessoal, além de aluguel de veículos e contratação de cabos eleitorais. Outros temas também foram tratados, como o pagamento da multa eleitoral e a prestação de contas; da mesma forma, fixando novo critério para distribuição do tempo de rádio e televisão (Lei n.º 12.875/2013). Contudo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

decidiu (25/06/2014) que a lei da minirreforma eleitoral no país não valeria para as eleições de outubro daquele ano, por ter sido aprovada em dezembro de 2013, ou seja, não atendia ao princípio da anualidade, que determina que mudanças na legislação eleitoral não possam ocorrer menos de um ano antes da data de realização das eleições de outubro. Por outro lado, pontos estruturantes da reforma política foram deixados de lado, como o financiamento público de campanha, o voto em listas fechadas, o fim das coligações em eleições proporcionais e fidelidade partidária.

Crise Política: as manifestações de rua em 2015 e o Pacote de Medidas Anticorrupção

A construção da opinião pública sobre os rumos do país pautou as notícias nas eleições e no ano seguinte. Em virtude da difícil e acirrada disputa eleitoral de outubro, Dilma Rousseff foi reeleita presidente com 51,6% dos votos válidos. Tendo em vista o equilíbrio das contas do governo e a sobrevivência diante da crise econômica instaurada, no início de sua nova gestão no ano de 2015, o governo federal decidiu anunciar o pacote de ajuste fiscal que alterava as regras de benefícios previdenciários, sobretudo no tocante ao seguro desemprego e abono salarial. Em meio a esse cenário econômico desfavorável, o escândalo político, que envolvia maior empresa estatal do país, a Petrobras, num amplo esquema de irregularidades e pagamento de propina, comprometia a confiabilidade em políticos e partidos pertencentes à base aliada do governo.

Os protestos que resultaram em grandes mobilizações de rua no dia 15 de março, 12 de abril e 16 de agosto de 2015, foram convocados pela internet e redes sociais, por grupos opositores conservadores (Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre, Movimento Endireita Brasil e Revoltados Online), que tinham como objetivo a crítica ao Partido dos Trabalhadores, apoio ao

impeachment da presidente Dilma Rousseff e o combate à corrupção³. Cabe destacar que, embora se declarassem apartidários, tais movimentos obtiveram apoio de partidos e lideranças de legendas como o PSDB, DEM, PPS. Os índices de rejeição ao governo aumentaram juntamente à insatisfação com as questões políticas e a crise econômica que começava a mostrar seus efeitos na população⁴. Diversos foram os temas propalados pelos veículos de comunicação e pelos manifestantes, dentre eles estavam o combate à corrupção, por meio de uma reforma política.

No dia 18 de março de 2015, a presidente, como nova resposta às demandas oriundas das manifestações contra seu governo, anunciou o lançamento do pacote anticorrupção. O conjunto de medidas incluía: a criação de uma secretaria de controle sobre as empresas estatais, subordinadas à CGU (Controladoria Geral da União), que cuidaria da avaliação dos contratos públicos, a criminalização do chamado “caixa dois”, o confisco de bens adquiridos de forma ilegal, a exigência de ficha limpa para os ocupantes de cargos públicos, a tipificação, como crime, do enriquecimento ilícito de agentes públicos, a sugestão da criação de varas especiais para o julgamento de desvio de recursos públicos, além de regulamentar a Lei Anticorrupção em vigor desde 2013.

Assim, a partir das manifestações de rua de 2013 e de 2015, a reforma política ganhou espaço na agenda pública dos cidadãos, dos políticos e também das mídias nas duas gestões de Rousseff. A demanda pela

³ Segundo pesquisa do Instituto Datafolha divulgada no dia 17 de março de 2015, 47% das pessoas que compareceram à Avenida Paulista, em São Paulo, tinham como motivação o combate à corrupção. Estima-se que aproximadamente um pouco mais de 150 mil pessoas estiveram presentes na manifestação. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contr-a-a-corrupcao.shtml>. Último acesso em novembro de 2015.

⁴ Como reação e forma de expressar seu descontentamento, alguns grupos, simpáticos a este novo movimento das ruas, a cada novo pronunciamento televisivo da presidente, promoviam o chamado “panelaço”, como alternativa de protesto contrário ao discurso proferido por Dilma Rousseff, no intuito, de “calar” a tentativa de diálogo do governo com o cidadão brasileiro.

modificação das regras eleitorais fez com que algumas legendas encaminhassem suas propostas para a comissão especial que analisa as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) na Câmara dos Deputados. Propostas como a implementação do parlamentarismo, o fim da reeleição, o financiamento público de campanhas, o voto distrital, a coincidência das eleições e o mandato de cinco anos para o executivo; foram sendo expostas por lideranças e se tornaram defesas partidárias. Neste quadro, o PPS (Partido Popular Socialista) defende a mudança para o sistema parlamentarista, após o fim do atual governo. Quanto ao financiamento de campanha, o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) apoia o financiamento público de campanha, como forma de prevenção da corrupção. O financiamento misto (público e privado) é mais consensual entre os partidos como o PPS, PSDB, DEM e PSB. Quanto ao sistema de votos, o PSDB e o DEM defendem o sistema distrital misto, como é o modelo alemão. Neste sistema, parte do legislativo seria eleita pelos votados em cada região dos estados - e outra parcela pelo sistema proporcional de lista fechada - os votos entre os partidos, visando uma maior representatividade entre políticos e eleitores. O fim da reeleição e o estabelecimento do mandato de cinco anos para os cargos do executivo são os pontos de consenso entre a maioria das legendas.

Cabe destacar que esta é a sexta legislatura em que o tema é debatido no legislativo. A comissão especial, responsável por analisar o assunto na Câmara Federal, tinha de apresentar o texto da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) para a apreciação ainda no primeiro semestre de 2015. No entanto, o presidente da casa, o deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), acabou por encaminhar a proposta do chamado “distritão”. Nesta proposta, os deputados mais votados em cada Estado seriam eleitos independente do voto na legenda ou a coligação partidária, o que acabaria com a proporcionalidade do sistema, prejudicando os partidos pequenos e os políticos menos conhecidos da população.

A reforma política foi tema presente na cobertura jornalística no período de 2011 a 2015. Uma simples busca nos acervos de grandes veículos de comunicação como os jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo, mostram frequência e relevância do assunto nas pautas. O tema foi considerado importante também pelo público que esteve presente nas manifestações de rua em 2013 e 2015, configurando a *agenda-setting* de um determinado período. A cada novo discurso da presidente, que envolvia o assunto da reforma, comentários e análises foram realizados nos meios de comunicação a favor de uma reforma política. Esta dinâmica na realimentação de notícias, análises e opinião acabaram por reforçar na população a necessidade de mudanças no sistema político. Percebemos assim, a relação entre atores políticos, veículos de comunicação e público na construção da agenda pública. Todavia, é preciso cautela. Muitas indagações acerca da necessidade de uma reforma política têm sido debatidas no meio acadêmico. Deve-se refletir sobre os possíveis efeitos de tais alterações no cenário político, que podem beneficiar ou excluir componentes importantes do sistema democrático brasileiro.

Referências

- AZEVEDO, Fernando. Agendamento da Política. In: RUBIM, Antonio C. (Org.) *Comunicação e Política*. Conceitos e abordagens. Salvador: Editora Unesp, 2004.
- IANONI, Marcos (Org.) *Reforma política democrática: temas, atores e desafios*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- NICOLAU, Jairo. *Sistemas Eleitorais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- RELATÓRIO DE ANÁLISE DA MÍDIA. *Clipping de Notícias do Senado Federal e Congresso Nacional*. (2011-2013). Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/196654/Relat%C3%B3rio_jan01.pdf?sequence=3. Último acesso em novembro de 2015.